

**Beatriz Kushnir**

Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense e  
doutoranda em História pela Unicamp.

## As polacas cariocas: mulheres judias prostitutas e suas associações de ajuda mútua

### DO QUE SE ESTÁ TRATANDO

“Ah, você quer saber quem somos nós”? Foi assim que começou o encontro com Zelda, uma senhora octogenária que veio dar corpo e voz a uma pesquisa. Deparei-me, literalmente, com Zelda e sua irmã, Celina,<sup>1</sup> em um domingo de sol no final de setembro de 1993. Elas, como a maioria dos judeus, estavam vivendo um espaço de tempo — de dez dias — considerado dos mais sagrados e terríveis para a religião judaica. É entre o *Rosh Hashaná* (Ano Novo) e o *Iom Kipur* (Dia do Perdão) que, segundo este preceito, o *livro da vida* é reescrito e onde ‘erros’ podem ser dele apagados. É neste período, também, que



os vários cemitérios judeus por todo o mundo ficam lotados. Mantendo este costume, tais senhoras estavam visitando seus mortos. Porém, estes estão em um lugar onde as visitas são raras e onde não se realizam mais sepultamentos desde 1970, por mais que ainda haja espaço.

Zelda e Celina encontravam-se no subúrbio carioca de Inhaúma, mais precisamente ao pé do morro da favela do Rato Molhado, em um cemitério onde estão enterrados um total de 797 corpos, entre homens, mulheres e crianças. Mais que em outros cemitérios judeus, uma *regra moral* impõe àquele local silêncio e isolamento.

A exclusão social deste espaço e das pessoas que lá estão possui algumas justificativas. Para o escritor judeu e Prêmio Nobel de Literatura, Issac Bashevis Singer, um tradutor do contemporâneo mundo deste grupo na Europa Oriental, esta separação demarca polaridades — positiva e negativa — dentro de uma comunidade. Tal divisão foi por este autor retratada mais claramente apenas no seu último trabalho. Escrevendo sobre o *mundo ídich*, Bashevis Singer resolveu mergulhar, no seu livro *Escória*,<sup>2</sup> mesmo que não profundamente, sobre uma parte da comunidade judaica considerada até hoje como um tabu. Nesta obra, o autor volta à velha Varsóvia do início do século por intermédio de um judeu polonês que imigrou para a Argentina e retornou à terra natal saudoso e nostálgico. Singer, neste texto, é punitivo com seu personagem. Ao narrar sua trajetória e o desenhar como um cáften, semelhante a muitos outros judeus da época, o condena à prisão. Algo que não era nem a regra nem a exceção.<sup>3</sup>

Neste sentido, está se tratando, tanto na ficção criada por Singer como nesta reflexão, de uma questão que até hoje deixa marcas profundas em certos setores da comunidade judaica mundial: a existência tanto de mulheres judias prostitutas já na Europa e sua posterior migração para as Américas e o Oriente, como também do ofício da caftinagem exercido por homens e mulheres judeus. Algo que ficou conhecido como *tráfico de escravas brancas* e que recebeu abordagens tanto

históricas<sup>4</sup> como na literatura mundial.<sup>5</sup> As duas pontas da questão — a existência de prostitutas judias e de cáftens judeus —, portanto, são alvo de silêncio e segredo. Tornou-se vergonhoso para uma parcela da comunidade judaica relembrar tais episódios. Esquecidas por esta parte do grupo judeu, imortalizadas em diferentes formas de narrativa — ficcional ou não —, as histórias destas mulheres tiveram início em distantes aldeias da Europa Oriental ou mesmo nas suas grandes cidades como Odessa, Lodz, Varsóvia etc; em um tempo largo de meados do século XIX às três primeiras décadas do século XX. E, certamente, terminaram ou na própria Europa — Paris, Londres —, ou nas Américas — Nova York, Buenos Aires, Rio de Janeiro, São Paulo, Santos, Montevideu... —, ou na África, Índia, China etc. De fato, em qualquer lugar onde as leis de imigração ainda estivessem flexíveis e o mercado para a prostituição comportasse e desejasse tais moças: as 'exóticas' judias da Europa Oriental que aqui ficaram conhecidas como *polacas*.

Estas trajetórias se inscrevem, portanto, em um tempo de transição: da passagem entre dois séculos, da adequação entre a modernidade que o 'novo' mundo inspira e a pobreza e a perseguição religiosa a que o 'velho' mundo está associado. Neste território de sonhos — como o que as Américas insinuam —, onde muito suor, trabalho e pouco dinheiro trariam fortunas rápidas.

Do 'velho' mundo, contudo, tradições se-

culares e inscritas nas normas deste grupo étnico permaneceram e foram levadas por seu imigrantes para as *terras prometidas*. No bojo destes costumes, a maioria dos relatos de época e mesmo as produções mais recentes<sup>6</sup> enfocam o fenômeno da migração de mulheres judias e suas atividades junto ao baixo meretrício, reforçando uma noção que vitima tais histórias. Por este olhar, meninas enganadas são obrigadas a se prostituir, ameaçadas por homens sem escrúpulos que só as querem enquanto são sinônimo de dinheiro.

Para uma maior clareza da situação real destas mulheres, é preciso, no entanto, não esquecer de alguns fatores: 1º) a prostituição entre mulheres judias ainda na Europa Oriental é um episódio conhecido. O número de bordéis gerenciados por judeus e freqüentados por judias está incluído em censos que destacavam sua hegemonia;<sup>7</sup> 2º) a miséria e as perseguições aos judeus — os *pogroms* — obrigaram a migração desta comunidade. Nesta leva vem o judeu trabalhador urbano, mas também vêm todas as pessoas deste grupo étnico que já não possuíam esperanças de trabalho e de uma vida melhor na Europa Oriental; 3º) o peso do dote no ato do casamento dentro deste grupo excluía mulheres pobres de uma ascensão econômica via matrimônio. A importância de casamentos entre os membros da mesma religião cunhou um personagem folclórico: os agenciadores de casamentos. Estas figuras, que podi-

am ser homens ou mulheres, contactavam os rapazes judeus solteiros nas Américas, mandando-lhes fotos das pretendentes e acertando o *negócio* — casando as meninas. Muitas narrativas, ficcionais ou não, associam o tráfico a este comércio do matrimônio. A pobreza das famílias impedia que um maior controle sobre os destinos de seus membros pudesse ser exercido. Assim, muitas sabem o que vai acontecer, e 'optam' por tal vida; 4º) a falta de instrução e o despreparo para o mundo fabril as fizeram participar do mundo de trabalho possível; 5º) quando chegavam às Américas, são inúmeras as histórias que dão conta de tentativas salvacionistas. Segundo estes relatos, membros da comunidade judaica se colocavam nos portos para avisar as moças que tais promessas de casamento poderiam ser falsas e que seus destinos seriam os prostíbulos. Isto porque, havia a crença de que estas vinham sem saber o seu real destino. Contudo, a vida difícil de ambos os lados da comunidade judaica e a ausência de mecanismo desta parcela oficial em oferecer uma alternativa melhor a estas moças, parece não ter conseguido frear o fluxo de mulheres judias que se dirigiram para a prostituição. Não bastava só avisar.

Certamente, o conjunto de histórias de vida possíveis de se encontrar é proporcional ao número de pessoas que vivenciaram este tempo. Não há como caracterizar uma única trajetória e identificá-la como modelar. Apenas tra-

ços de semelhança as unem a um contexto maior. No fim das contas, porém, o que ficou foi um grande sentimento de retaliação e isolamento do lado 'positivo' da comunidade judaica para com o seu lado menos nobre. Para Bashevis Singer, portanto, os mortos que Zelda e Celina estavam reverenciando são os exemplos do que ele, traduzindo um pensamento do interior desse grupo étnico, denominaria de *escória* da comunidade judaica carioca.

No subúrbio de Inhaúma, no Rio de Janeiro, encontra-se o primeiro cemitério judeu desta cidade. Fundado em 1916, ali está enterrada a maior parte de uma comunidade específica — homens e mulheres judeus cuja ocupação centrou-se no mercado da prostituição estrangeira ou como prostituta ou como caftina, ou em ambos os setores.

No âmbito dos trabalhos históricos que se dedicaram a esse fenômeno no Brasil, as análises se circunscreveram ou ao panorama da expulsão de estrangeiros pelo exercício da caftinagem,<sup>8</sup> ou estavam preocupadas com o universo do prazer no baixo meretrício, seus códigos e a atuação reguladora das instituições médicas, policiais e jurídicas sobre este.<sup>9</sup> Assim, é o espaço público o objeto de análise.

Sugiro aqui uma inversão no olhar. A partir da metáfora de um *baile de máscaras*, dirigirei a reflexão deste episódio por uma ótica interna.<sup>10</sup> A singularidade da investigação a que me propus, centra-se em compreender o universo destes homens

e mulheres por uma percepção dos seus mundos particulares, buscando os mecanismos de sociabilidade e solidariedade tecidos ou refeitos pelo grupo, a partir desta vivência da exclusão social e étnica a que foram submetidos. Assim, a intenção desse estudo foi a de perceber as redes de sociabilidade desenvolvidas no interior deste espaço marginalizado. Ou seja, seu mundo privado.

Para tal, a reflexão de Maffesoli quanto à problemática das máfias tornou-se fundamental.<sup>11</sup> Para o autor, as regras destes organismos buscam o refazer de laços sociais, quando a 'sociedade de base' está em crise. Portanto, no interior de qualquer corpo social, inclusive e principalmente das máfias, a noção de coagulação torna-se capital. A partir desse conceito, não existe a auto-identificação como *outsider*, pois todos fazem parte do conjunto.

É claro que pode-se distinguir o fenômeno da máfia em dois polos: a) sua organização violenta e b) uma 'atitude máfia'. A utilizada por este trabalho vinculou-se ao item 'b', onde o todo e as partes têm cada um o seu papel; onde a vida em comunidade tem o mérito de possibilitar a cada membro uma participação no coletivo; e onde a solidariedade é a essência do grupo. A percepção da 'grande família mafiosa', que não necessariamente é violenta, mas, sim, o locus da proteção e da identificação, torna-se a imagem por excelência.

No caso específico deste estudo, tem-se

um grupo que reúne as duas características do desenraizamento — serem imigrantes e marginais sociais. Fazendo, portanto, das noções de proteção e solidariedade a costura que une as entranhas deste espaço e permite sua compreensão. Neste sentido, é no interior deste convívio social o local privilegiado para se perceber a necessidade de preservar uma originalidade e uma identidade cultural enquanto imigrantes, autoprotégendo-se enquanto excluídos tanto do social — da cidade — como do seu grupo étnico.

A necessidade de sair da exclusão e de auxiliar uns aos outros fez com que, em cada cidade onde chegassem, as *polacas* fundassem sociedades de ajuda mútua. Assim, esta pesquisa buscou apreender a vida no interior deste espaço associativo. E é na profundidade deste universo que os convido a penetrar.

#### O MUNDO PRIVADO DE MULHERES PÚBLICAS: SUAS ASSOCIAÇÕES DE AUTO- AJUDA

Denominação:

##### **Associação Beneficente Funerária e Religiosa Israelita**

[...] com sua sede à rua Luís de Camões, 68, sobrado. São seus fins: [...] fundar uma sinagoga [sic] nesta capital e nela praticar e observar todas as prescrições, cerimônias e atos [sic] da religião israelita; manter uma escola primária, gratuita, para educação e o ensino moral e intelectual de crianças de ambos os sexos desprotegidas e da religião

israelita; socorrer as suas associadas, quando enfermas; [...] fazerem às suas associadas que vierem a falecer nesta capital os seus funerais, [...] segundo determina a religião Israelita; [...] só gozarão e terão direito aos socorros e benefícios [...] as associadas que estiverem quites de suas mensalidades seis meses depois de suas admissões e de estar instalada e funcionando regularmente a Associação.<sup>12</sup>

A partir do trecho acima, tem-se as diretoras fundantes que regeram por mais de sessenta anos uma peculiar sociedade civil nesta cidade. A Associação Beneficente Funerária e Religiosa Israelita (ABFRI) foi instituída no dia 10.10.1906 e registrada por sua 1ª secretária, Matilde Huberger, junto ao 1º registro especial de títulos e documentos.<sup>13</sup> Este ato marca a institucionalização de uma ação filantrópica, socializadora e autoprotetora entre mulheres, e também entre homens — como se notará mais tarde —, que participaram do comércio e da prática da prostituição estrangeira no baixo meretrício desta cidade, e que tinham um elo em comum, essencial para eles: serem todos judeus.

Esta associação, contudo, não é a mais antiga estrutura de caridade fundada por tais pessoas. Ao que parece, a prática era recorrente em cada cidade onde existiram e/ou para onde migraram. E, assim, muito anteriores à entidade carioca devem ser as que haviam ainda na Europa Oriental — lugar de onde a maioria destas mulhe-

res vieram. Nesta pesquisa, todavia, foram localizadas mais quatro outras associações semelhantes. Todas no 'novo mundo'. Destas, a mais remota data de 1896 e foi fundada na cidade de Nova York (EUA) com o nome de New York Independent Benevolent Association (IBA). Uma segunda associação, talvez a mais famosa delas, foi instalada no mesmo ano da ABFRI na cidade de Buenos Aires, com o nome de Sociedade de Ajuda Mútua Varsóvia, que posteriormente se

dividiu, formando a Sociedade de Ajuda Mútua Zwi Migdal e a Asquenazim. No Brasil, foram encontradas mais duas: a Sociedade Feminina Religiosa e Beneficente Israelita (SFRBI), fundada na cidade de São Paulo, em 1924, e a Sociedade Beneficente Israelita de Santos, de 1930.<sup>14</sup>

Pelos extratos dos estatutos localizados, parece que todas estas associações tinham o mesmo objetivo: estabelecer e manter uma organização filantrópica que proporcionasse aos seus sócios uma vida



Último estatuto da ABFRI, 1932.

religiosa judaica e, portanto, reconstruísse suas identidades enquanto membros de um mesmo grupo étnico. Além do que, estabelecendo laços mínimos de solidariedade em momentos difíceis, como de doença e morte. Auxiliar os necessitados de sua comunidade e se constituir como um grupo, foram as grandes metas destas entidades.

Optei aqui por analisar a comunidade de *polacas* carioca por dois motivos: primeiro, porque não existe, até então, outra reflexão sobre esta comunidade e, segundo, porque grande parte da documentação que a institucionalizou — seus estatutos — estão em depósito no Arquivo Nacional.

A trajetória da ABFRI foi longa, existindo oficialmente por 62 anos. Idealizada basicamente por mulheres, teve períodos de administração mista. Pode-se, então, dividir seu percurso em três períodos. O primeiro compreende o intervalo da sua fundação até 1914; o segundo vai de 1915 a 1932, onde homens e mulheres coordenam, em postos delimitados, as atividades associativas; e o terceiro, de 1932 a 1968, desenha a ascensão e declínio desta entidade.

Será no primeiro momento, até 1914, que se perceberá os alicerces institucionais sendo montados. Contudo, o ato de fundação desta instituição, em 1906, não pode ser apreendido como o da chegada de *polacas* ao Rio de Janeiro, ou mesmo ao Brasil. A possibilidade da organização destas mulheres nos primeiros anos do século XX aponta para um número de pessoas envolvidas nesta atividade que, certamente, é anteri-

or a 1906. Neste sentido, de quando é a chegada das primeiras *polacas* cariocas?

O ano de 1867 é a data mais freqüentemente apontada para os primeiros registros destas mulheres no país.<sup>15</sup> Por mais que a cidade do Rio de Janeiro, devido ao porto, fosse um ponto de desembarque, nem todas ficavam por aqui. Levando-se em conta esta datação, quando a ABFRI foi instituída, esta comunidade organizada de maneira informal já habitava a cidade por quase quatro décadas.

Neste sentido, o ritual de admissão dos associados da ABFRI é uma porta de acesso para percorrer e conhecer os labirintos daquele universo e compreender como se organizou. Para ser membro, portanto, requeria-se: a) a apresentação feita por um sócio antigo e em pleno gozo de seus direitos, ou seja, quite com suas mensalidades; b) não ser inválido e estar em perfeita saúde, já que o caráter assistencialista da entidade necessitava primeiro o auxílio dos sócios, antes que estes precisassem do socorro da entidade; caso contrário, a acumulação de recursos seria impossível. E, c) professar a religião judaica.

Hierarquicamente, a sociedade se estabeleceu entre sócios fundadores, contribuintes e remidos. E foi basicamente com esse perfil majoritariamente feminino que a ABFRI foi dirigida até dezembro de 1914, quando se realizou uma reorganização da entidade, definindo-se

um novo estatuto.

Desse recomeço e das possíveis marcas deixadas pela administração feminina anterior que pudesse justificar tais alterações não foi possível encontrar qualquer vestígio. Localizou-se, contudo, o novo estatuto e duas publicações no *Diário Oficial*. Assim, em 16.1.1915, este periódico indica a existência de uma sociedade denominada Associação Beneficente Funerária e Religiosa Israelita, o que dá uma idéia de reinstalação. Uma semana depois, em 23 de janeiro, foi publicada uma ratificação onde menciona-se que a sociedade "[...] será dirigida por um presidente, um vice-presidente, um 1º e um 2º secretário, um 1º e um 2º tesoureiro, um procurador e três delegados constituindo o conselho fiscal".<sup>16</sup> Soma-se a esta mudança um capítulo no novo estatuto onde se estabelecem os direitos dos associados. Nesse, é exposta a grande alteração da ABFRI a partir deste momento, quando se institui que "[...] para os cargos da

diretoria não poderão ser votadas as associadas". Assim, a ABFRI passa a ser dividida em duas alas: uma administrativa e outra assistencialista. A primeira pertence à parte masculina e a segunda era dirigida pelas mulheres e seria composta por "[...] uma presidente, uma vice-presidente e uma secretária da extinta sociedade além de oito superiores de atos fúnebres". As funções femininas, neste momento, resumiam-se a realizar enterros e socorros hospitalares para as sócias, pois "[...] serão concedidos os mesmos favores aos sócios do sexo masculino, caso isto [seja] resolvido pela diretoria da Associação sem a intervenção das diretoras dos auxílios do sexo feminino".<sup>17</sup>

Curiosamente, as alterações da sociedade são contemporâneas à instalação de uma legislação que orientou a existência de sociedades civis no país. Em janeiro de 1916, a partir da formulação do código civil, a lei 3.071 passou a reger tais

<b><u>A. B. F. R. ISRAELITA</u></b>	<b>ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE FUNERÁRIA E RELIGIOSA ISRAELITA</b>
Matrícula _____ <b>CR\$ 20,00</b>	Sede própria: R. Afonso Cavalcante 171 Fone: 48-4889
	
	Matrícula _____ <b>CR\$ 20,00</b>
	<b>Recebi a importância de sua mensalidade correspondente ao mês</b>
	_____ Tesoureiro

Modelo de ticket. Este foi um dos últimos recursos que a Sociedade recebeu.

entidades. Nesta orientação, contudo, não há indícios que justifiquem as modificações executadas pela ABFRI. Mas, a nova legislação, certamente, obrigou a uma reestruturação das entidades de mesmo fim de um modo geral.

A partir deste novo quadro da Associação, algumas perguntas podem ser formuladas: quem faz o caixa da sociedade? Por que as sócias aceitam tal situação? Seriam os homens seus cártens e no interior da ABFRI se reproduziria a violenta relação, narrada nas obras de ficção, que regularia as atitudes entre as prostitutas e seus exploradores? Ao certo, jamais se saberá. Partindo, porém, do conceito de 'atitude máfia' desenvolvido por Maffesoli e que instruiu o corpo teórico deste trabalho, compreende-se que a vinculação estabelecida no cerne daquele organismo enfatiza uma convivência onde o todo — o coletivo — e as partes — cada sócio — têm, cada um, o seu papel, mas uma única função: a colaboração entre os membros. Portanto, seja qual for o grau de harmonia e/ou violência desenvolvida no contexto de uma sociedade de ajuda mútua como esta, os envolvidos estabeleceram, com certeza, uma dinâmica que possibilitou o viver social. Cada participante queria ter a sensação e os benefícios do 'fazer parte' de um grupo e, por isso, desejava associar-se a uma instituição como esta. Além do que, nesta 'atitude' é fundamental a idéia de 'família'. Assim, a ABFRI deve ser encarada como uma entidade composta por homens e mulheres

casados entre si e que reproduzem no seu interior as regras sociais vigentes, onde o homem era o 'cabeça' do casal.

Sendo estas associações de ajuda mútua atos coletivos entre homens e mulheres, mesmo quando ambos não eram sócios contribuintes recebiam auxílio como um casal, caso necessitassem. Mas, certamente, o número majoritário foi sempre o feminino. Isto fica claro tanto no livro de registro das mensalidades dos sócios, que expõe a receita da entidade, como no cartão de matrícula localizado e que pertencia a um sócio.<sup>18</sup>

Assim, dos 1.030 nomes encontrados tanto no livro de registro das mensalidades como no livro de registro dos óbitos ocorridos nos mais de sessenta anos da ABFRI, apenas 19% eram do sexo masculino. Neste sentido, a chegada de mulheres sempre foi maior que a de homens, e muitas vêm casadas, ou se casam aqui com judeus ou não, ou estabelecem relações informais.<sup>19</sup>

O número pequeno de homens no interior deste grupo faz com que se repense, pelo menos, dois aspectos: a) a suposta relação de violência, retratada nas obras ficcionais, e que regularia a vida da prostituta e seu cártên, já que este, muitas vezes, é o seu marido e é visto pelo corpo social como o seu explorador. E, b) a necessidade de que se enxergue aqui, de maneira mais humana e próxima aos padrões sociais vigentes, o cotidiano deste mundo. Então, nada tem de vanguardista ou de resistência uma entidade como

esta. Ela copiará o modelo assistencialista do qual seus sócios foram excluídos.

Não se pode afirmar com exatidão, todavia, o motivo pelo qual, entre 1915 e 1931, a ABFRI se estabeleceu como uma sociedade mista, onde os sócios gerenciavam o patrimônio. Pode-se apenas conjecturar. O grande número de cargos administrativos e beneficentes estipulados pelo estatuto, e a necessidade de preenchê-los, expressa, certamente, uma época bastante próspera, onde o quadro de sócios e as atividades desempenhadas deviam ser grandes.

Diferente do que se poderia supor, não houve uma ruptura entre as duas fases da sociedade, e alguns exemplos corroboram tal idéia. Em primeiro lugar, uma iniciativa ainda da gestão feminina teve sua concretização nesta etapa: a inauguração de um cemitério próprio. Isto porque, em fevereiro de 1912, a então procuradora da ABFRI — Norma Pargament — encaminhou um segundo pedido ao prefeito da cidade:

[...] para que lhe fosse arrematado ou vendido um terreno junto ao cemitério de Inhaúma, para nele ser instalado o cemitério da mesma Associação a fim de ali serem enterrados [sic] todos os seus associados.<sup>20</sup>

Em agosto de 1916, em plena etapa mista da sociedade, o pedido foi concedido, e às vésperas do 10º aniversário da entidade o primeiro cemitério judeu da cidade foi inaugurado. Este ato representa e

corporifica o objetivo central de uma entidade como esta: a manutenção de uma identidade étnico-religiosa. Além do que, dentro dos preceitos judaicos, os suicidas e as prostitutas devem ser enterrados junto a um muro interno do cemitério, como marca de sua exclusão social. Assim, neste local próprio, um segundo objetivo institucional também se concretiza: os sócios e sócias desprendem-se desta marca negativa, ao não serem discriminados por suas atividades em vida.

Ao que parece, estes homens e mulheres não eram meros desconhecidos na cidade do Rio de Janeiro. A inauguração deste cemitério recebeu a cobertura jornalística do *A Noite*,<sup>21</sup> onde imagens estereotipadas se misturavam aos fatos reais. A esta matéria, soma-se a resposta do redator-chefe do jornal *A Coluna*, órgão da comunidade judaica carioca, David J. Perez. Em um tom que condenava tais pessoas, Perez seguiu a perspectiva de separar os lados da comunidade, a fim de que ondas anti-semitas e/ou moralizantes não misturassem *jolo* e *trigo*. Contudo, sua sentença definiu o comportamento do lado oficial da comunidade enquanto existiram sócios da ABFRI. Para Perez e para quem ele representava, "[...] essa gente não nos pertence. Não nos ligamos a eles, nem em vida, nem na morte; portanto, esse cemitério ficará destinado aos 'cáfens' e às suas prostitutas".<sup>22</sup>

Um segundo indício que demonstra a noção de continuidade entre as etapas da sociedade é o fato de vários sócios do